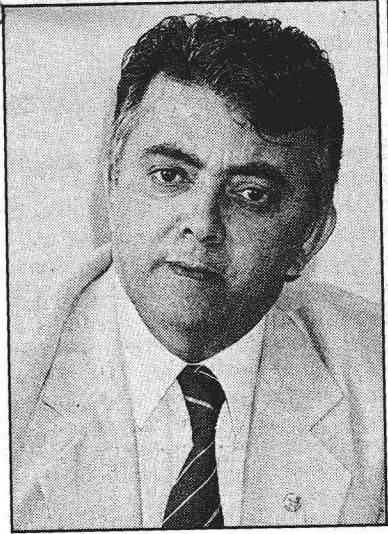


Governo obtém base, mas não fecha maioria

O Governo ainda não dispõe de uma maioria no Congresso Nacional embora tenha consolidado sua base de sustentação. A avaliação de lideranças governistas e oposicionistas leva em consideração o fato de que a votação do projeto do salário mínimo contou com outras variáveis, como a pressão dos governadores preocupados com suas respectivas folhas de pagamento. A vitória do Executivo, portanto, não representa um trabalho político do Governo junto aos parlamentares, até porque apenas 233 votaram com o projeto enviado pelo presidente Fernando Collor.

"O Governo consolidou sua base; o que não está consolidada é sua maioria. Essa votação ainda não nos dá tranquilidade", avalia o líder do Governo, deputado Humberto Souto, ao admitir que fatores externos como a pressão dos governadores acabou favorecendo a tese do Executivo. Souto adianta que o Governo continuará trabalhando no sentido de ampliar sua base com vistas à uma maioria tranquila, "Verificando descontentamentos e procurando saná-los ou contorná-los". Mas ele próprio reconhece que a batalha do salário mínimo foi apenas uma e a cada votação, o Governo terá que trabalhar muito para sair vitorioso.

Sem encargos — A batalha empreendida pelo Governo na última semana é o principal argumento para o líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia, garantir que o Planalto ainda não conseguiu firmar sua maioria no Parlamento. "Apesar de todo o esforço feito, de toda essa verdadeira operação de guerra, o Planalto só conseguiu 233 votos na Câmara", diz ele. O Governo, acrescenta, infelizmente ainda não tem sua maioria consolidada porque a matéria lhe foi inteiramente favorável devido ao movimento dos governadores. Genebaldo lamenta porque, na sua opinião, o Governo precisa, o mais rápido possível, formar sua maioria. "Governo é para ter maioria, porque quando não tem é crise e oposição fica com encargos de maioria pensando sempre na governabilidade".



Luís Eduardo e Genebaldo Correia: um sutil jogo de esgrima

de. É melhor para as oposições ficarem despreocupadas".

Seu vice-líder deputado Ubiratan Aguiar, adota mesma linha de raciocínio e lembra que no envio do Plano Collor I, aquele do confisco bancário, as oposições votaram favoravelmente "para não serem acusadas depois de terem impedido viabilização das condições para o País ficar bem e, no entanto, a inflação continuou e a recessão é maior". Segundo Ubiratan Aguiar, é salutar para as oposições que o Governo consolide sua base "para não nos exigir mais patriotismos e cumprimento do dever cívico. Com sua base, o Governo vai responder por suas propostas, por suas políticas econômicas e pela política salarial em vigor".

Da mesma forma, o vice-líder peemedebista analisa que o Governo já dispõe de uma base mas não de uma maioria. E mesmo assim, a base é circunstancial. "Cada votação é diferente, há peculiaridades. O Governo tem sempre contra si a insatisfação dos que não são atendidos e nunca tem condições de atender a todos os reclamos o que torna cada votação uma batalha, porque às vezes os parceiros nem sempre são os mesmos", afirma Ubiratan Aguiar.

Autocrítica — Responder por sua política salarial, como diz o vice-líder do PMDB, é o que o Governo terá que fazer dentro de quatro meses, na opinião do deputado José Genoíno. "O estouro dessa política salarial vai ocorrer daqui a quatro meses e isso não vai resolver, para o Governo, o problema do controle da economia e nem da sua base de sustentação". Genoíno também compartilha da tese

de que o Governo dispõe de uma base mais ainda não atingiu sua maioria. "Toda votação será esse exército de Branca Leoni para ter que juntar gente aqui", prevê. Mas ele também faz sua autocrítica: "a oposição precisa se articular melhor e deixar de lado o jogo de cena".

Essa falta de articulação entre as oposições é o que talvez justifique a derrota numérica que sofreu e em uma matéria que, historicamente, sempre venceu. Avalia o senador e ex-coordenador político do Governo, Jarbas Passarinho, que as oposições ficaram sem saída. Elas poderiam ter obstruído e se retirado de plenário, na Câmara, mas temeram o veto e, habilmente, enfrentaram no voto, afirma Passarinho. A obstrução, acrescenta, significaria não a perda para o Governo mas para os trabalhadores.

E é isto o que poderá ocorrer, agora, após a decisão do Senado de alterar o projeto aprovado na Câmara. Decisão que significa, também que até mesmo no Senado a maioria do Governo ainda não está assegurada. Fica pior com outra decisão, tomada no mesmo dia, quando se aprovou um projeto retirando atribuições e prerrogativas regimentais de lideranças de partidos que se coligarem em bloco. Na prática, nenhum líder partidário no Senado vai querer mais fazer parte de bloco, como vinha sendo ensaiado na área do Governo. Como afirmou um líder governista, a votação da Câmara não representou uma vitória terminativa do Planalto, que ainda não tem completamente articulada sua maioria. Na verdade, a única investida inteiramente bem sucedida foi a que o ministro Jorge Bornhausen fez sobre o PDC.

CORREIO BRAZILIENSE
03 MAI 1992

Como as bancadas votaram na Câmara

Bloco	PMDB	PDT	PDS	PSDB	PT	PTB	PDC	PL	PTR	PSB	PST	PC do B	PRS	PPS	PV	Resultado	
T	127	102	42	41	41	35	31	19	18	15	11	8	5	3	1	502 (*)	
S	112	11	1	26	7	—	28	13	12	14	—	6	—	3	—	233	
N	6	76	37	9	28	34	2	4	1	—	9	—	5	—	3	1	216
Ab	1	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	
A	8	11	4	6	6	1	1	2	5	1	2	2	—	—	—	48 (*)	

T = Total de deputados no partido

S = Votou sim ao projeto do Governo

N = Votou não ao projeto do Governo

Ab = Absteve-se na votação

A = Ausente na votação

(*) Existe um deputado sem partido, João Alves (BA), que esteve ausente na votação.